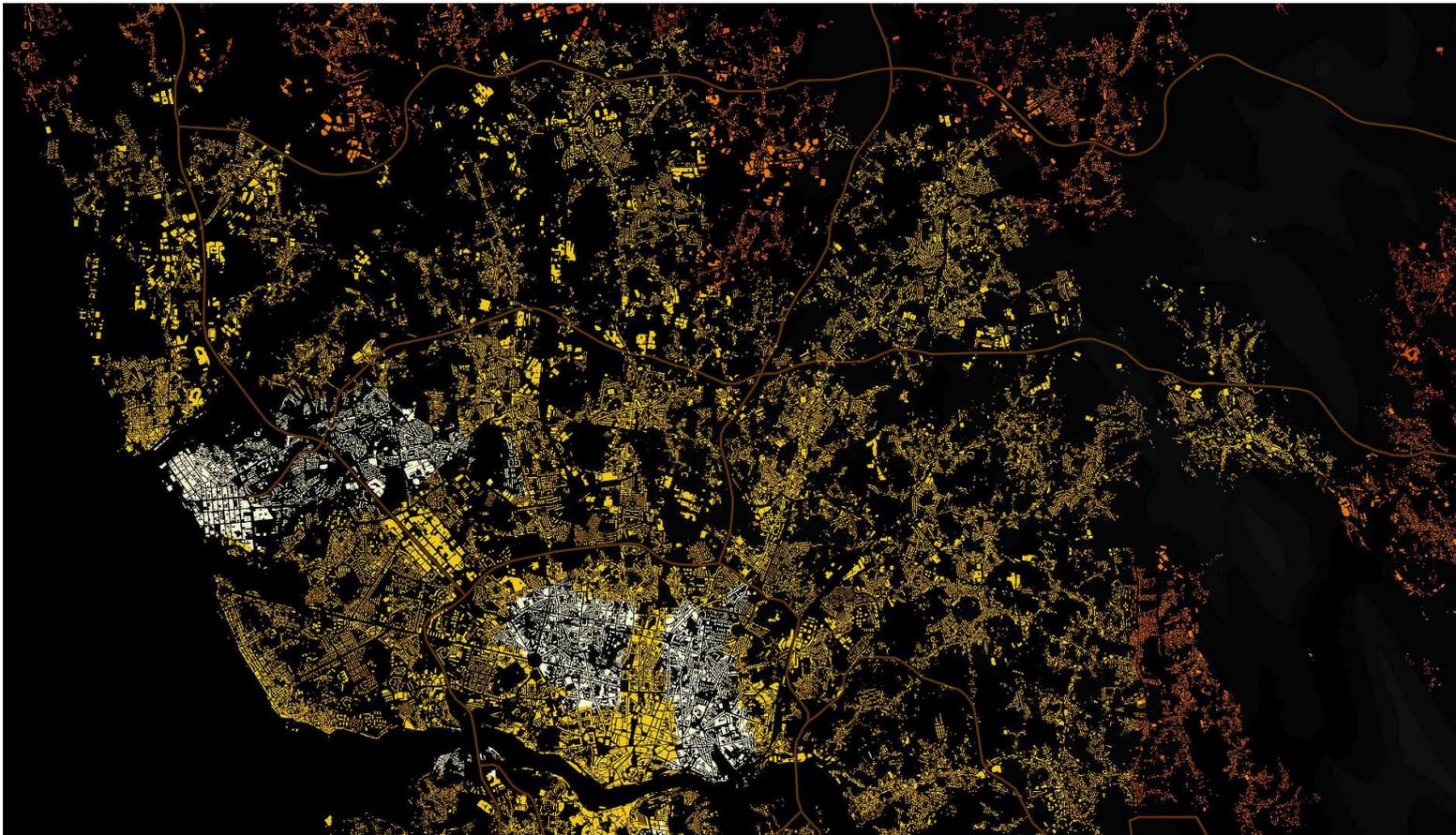


PNUM

A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO
FORMAS, PROCESSOS, DESÍGNIOS



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Porto, 18 e 19 de julho de 2018

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



EDIÇÃO

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Via Panorâmica S/N | 4150-564 Porto, Portugal.

EDIÇÃO DIGITAL

ISBN: 978-989-8527-21-9

CONGRESSO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Vítor Oliveira, Universidade do Porto, Portugal
Stael de Alvarenga Pereira Costa, U. F. de Minas Gerais, Brasil
David Viana, Nottingham Trent University, Reino Unido
Eneida Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Frederico de Holanda, Universidade de Brasília, Brasil
Jorge Correia, Universidade do Minho, Portugal
Karin Schwabe, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Teresa Marat-Mendes, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Álvaro Domingues, Universidade do Porto, Portugal
Ana Silva Fernandes, Universidade do Porto, Portugal
Daniel Casas Valle, Universidade do Porto, Portugal
Elisabete Cidre, University College London, Reino Unido
Ivo Oliveira, Universidade do Minho, Portugal
Javier Monclús, Universidad de Zaragoza, Espanha
João Castro Ferreira, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Luís Pedro Silva, Universidade do Porto, Portugal
Madalena Pinto da Silva, Universidade do Porto, Portugal
Manuel Fernandes de Sá, Universidade do Porto, Portugal
Marta Labastida, Universidade do Minho, Portugal
Mariana Abrunhosa Pereira, Universidade do Porto, Portugal
Nuno Portas, Universidade do Porto, Portugal
Rodrigo Coelho, Universidade do Porto, Portugal
Rui Mealha, Universidade do Porto, Portugal
Sara Sucena, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Teresa Calix, Universidade do Porto, Portugal

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Silva Fernandes
Bruno Moreira
Daniel Casas Valle
Mariana Abrunhosa Pereira
Nuno Travasso
Sara Sucena
Teresa Calix (coordenação)

LIVRO DE ACTAS

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

EQUIPA EDITORIAL

Teresa Calix (coordenação)
Ana Silva Fernandes
Sara Sucena
Nuno Travasso
Bruno Moreira

IMAGEM DA CAPA

Padrões Urbanos ©MDT

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

WEBSITE

<https://pnum.arq.up.pt>

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

Esta publicação não pode ser reproduzida, em todo ou em parte, sem a permissão escrita do editor.

Todos os conteúdos escritos e imagens dos artigos são da responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

ÍNDICE

I. FORMAS

- Da expansão à dispersão: as diferentes escalas da morfologia urbana: as particularidades da formação da cidade industrial brasileira.** 21
Luiz de Pinedo Quinto Junior, Luiza Naomi Iwakami
- Mutações Urbanas em Campinas: suas tipologias e padrões de implantação.** 33
Daniel Teixeira Turczyn, Evandro Ziggatti Monteiro
- Mutações Urbanas na Região Metropolitana de Campinas: seus padrões de paisagem.** 51
Daniel Teixeira Turczyn, Evandro Ziggatti Monteiro
- Formas da expansão urbana na cidade de Campinas no período 2009-2016.** 68
Barbutti, Márcio Rodrigo, Benfatti, Dênio Munia
- MORPHO Amazônia? Uma morfologia de áreas rurais.** 86
Giselle Fernandes de Pinho, Evandro Ziggatti Monteiro, Silvia Mikami Pina
- Revitalizar o território do Alto Douro Vinhateiro - de Pocinho a Barca D'Alva.** 100
Inês Morgado Areia, Clara Pimenta do Vale, Mariana Abrunhosa Pereira
- A paisagem do Alto Côa.** 118
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- O Território dos Arquitetos: o interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades.** 129
Guilherme Silva Graciano, Beatriz Ribeiro Soares
- O Sistema Carbonífero do Douro. Para um recurso operativo.** 140
Daniela Alves Ribeiro
- Da forma do lugar ao desígnio do 'arruamento', da 'porta', da 'praça'. Princípio de inscrição na paisagem das colônias agrícolas da Junta de Colonização Interna.** 158
Filipa de Castro Guerreiro
- Formas urbanas contemporâneas. O caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa.** 176
Ana Mélice, Teresa Marat-Mendes

Morfologia da Agricultura Urbana em Lisboa: Caso de Estudo de Chelas.	192
<u>Raquel Sousa</u>	
Formas e usos de dois espaços públicos do centro de Poços de Caldas, MG: um resgate histórico a partir da Sintaxe Espacial.	227
<u>Leandro Letti da Silva Araújo</u> , Evandro Ziggiatti Monteiro, Rodrigo Argenton Freire	
A Modelagem da Informação como Ferramenta de Análise da Qualidade do Espaço Público.	243
<u>Sílvia Filipe</u> , José Almir Farias Filho, Daniel Cardoso, José N. Beirão	
Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil).	257
<u>Rodrigo Costa do Nascimento</u> , George Alexandre Ferreira Dantas, Edja Bezerra Faria Trigueiro	
Uma leitura socioespacial da favela. Padrões urbanos orgânicos e configuração urbana.	275
<u>Vânia R. Teles Loureiro</u> , Valério A. S. Medeiros, Maria Rosália Guerreiro	
(IN)Dignidade Urbana. Conflitos e rupturas no contexto dos fragmentos introspectivos da cidade contemporânea.	288
<u>Nayra Carolina Segal da Rocha</u> , Ana Paula Rabello Lyra, Raquel Corrêa Mesquita	
Análise ambiental, social e urbana de um sistema complexo: Comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro.	305
<u>ROSSI</u> , Angela Maria Gabriella, <u>BARBOSA</u> , Gisele Silva, <u>CORRÊA</u> Roberto Machado, <u>ESSER</u> Bárbara Canuto, <u>MACHADO</u> Gabriela Wolguemuth, <u>MORAIS</u> , Bertrand Ulácia	
Condomínios fechados e segregação urbana: efeitos da configuração e morfologia na qualidade da habitação social.	323
<u>LIMA</u> , Márcia Azevedo de, <u>LAY</u> , Maria Cristina Dias	
Nova forma, outros padrões de uso? Alteração da forma espacial e possíveis reflexos sobre modos de uso no caso do reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN/Brasil.	337
<u>Lucy Donegan</u> , Flávia Monaliza Lopes, Rubenilson Brazão Teixeira, Edja Trigueiro	
Um Olhar Sobre a Região Portuária e a Operação Urbana Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro: preexistências, transformações e desdobramentos.	356
<u>Júlio Cláudio da Gama Bentes</u>	
Diversidade de usos, forma construída e a apropriação do espaço. Uma análise local na cidade de Florianópolis-SC.	375
Geruza Kretzer, <u>Renato T. Saboya</u>	

Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana.	392
<u>José Mário Daminello, Adriana Nascimento</u>	
A criação do quarteirão. Do registro arqueológico à simulação morfogenética.	407
<u>Vinicius M. Netto, João Meirelles, Fabiano Ribeiro, Caio Cacholas</u>	
SIMFOR2040: Simulação de Cenários Urbanos	423
<u>Daniel Cardoso, José Nuno Beirão, Stefano Fiorito</u>	
Análise do adensamento urbano e da verticalização através de ferramentas SIG: o caso de Caxias do Sul-Brasil.	439
<u>Débora Gregoletto, Fábio Lúcio Zampieri</u>	
Modelagem da informação e métodos quantitativos a serviço da preservação da ambiência do patrimônio cultural edificado.	450
<u>Eugênio <u>Moreira</u>, Daniel Cardoso, José Nuno Beirão</u>	
Verticalização e Segregação Socioespacial.	465
<u>Kananda Fernandes de Sousa Lima</u>	
Inserção Urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Condomínio Serra do Mar, São José dos Pinhais/PR.	483
<u>Ariadne Stradiotto Frenzel, Edson Maia Villela Filho</u>	
Espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais. Um estudo sobre a Regional Grande Ibes, Vila Velha – ES.	498
<u>LYRA, Ana Paula Rabello, MOREIRA, Mariana Menini, RAMOS, Larissa Letícia Andara, RAMOS, Suzany Rangel</u>	
Nas trilhas do Cangaço: Ensaio sobre o território no Reino de Lampião.	512
<u>Maria Clara Costa, Maria Rita de Lima Assunção</u>	
(IN)Dignidade Urbana. Conflito e Omissão na materialização do lugar democrático.	525
<u>Raquel Corrêa Mesquita, Ana Paula Rabello Lyra, Camila Coelho Binotti, Larissa Letícia Andara Ramos, Nayra Carolina Segal da Rocha</u>	
Plano de Acção de Metodologia de Diagnóstico de Resiliência Urbana: O caso de estudo do Bairro de Vallcarca.	540
<u>Rafael de Balanzo Joue, Ligia Nunes</u>	

Avaliação da Forma Urbana resultante do Plano Diretor em Limeira/SP	550
<u>Alessandra Argenton Sciota, Bruna Barreto Homs, Mayara Rosseti Chagas, Thiago da Silva Felizardo</u>	
Evolução Urbana de Petrolina por meio da Sintaxe Espacial.	568
<u>Nathália Louise Macêdo Leal, André Leal dos Santos, Valério Augusto Soares de Medeiros</u>	
Organização hidráulica de aldeias no vale do Tamuxe, um pequeno rio e suas águas afluentes.	585
<u>Angeles Santos, Henrique Seoane, Carlos Martínez-González</u>	
Urbanidade Amazônica: A água em projetos urbanos na conformação da paisagem de Manaus – Amazonas, Brasil.	601
<u>HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede, PONTES, Taís Furtado</u>	
A paisagem como plataforma investigativa-propositiva para territórios em transformação. Uma investigação multiescalar da cidade de Manaus, Amazonas, Brasil.	617
<u>PONTES, Taís Furtado, HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede</u>	
Forma Urbana e Inundação: Estudo dos comportamentos dos padrões morfológicos.	631
<u>Renata Cavion</u>	
A influência do rio Cuiabá na formação e desenvolvimento urbano das cidades históricas mato-grossenses.	644
<u>Gisele Carignani, Alexia Gabrielle Pinheiro Oliveira, Daniela Cássia Cardoso de Sousa, Nátali de Paula, Thais Lara Pinto de Arruda, Thais Rodrigues de Souza</u>	
Paradigmas que regem as relações entre cidades e rios urbanos. O caso do Canal da Passagem – Vitória/ES/Brasil.	659
<u>Milton Esteves Junior, Evelyn Machado dos Santos, Roberto Cabral Junior</u>	
‘Vida entre edifícios’. Os impactos da arquitetura no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre.	671
<u>Vinicius M. Netto, Julio Celso B. Vargas, Renato T. de Saboya</u>	
A apropriação da coletividade pelo espaço privado e suas consequências no espaço público. Uma análise da Avenida Antonino Freire em Teresina – PI.	687
<u>Cláudio Valentim Rocha Leal, Ísis Meireles Rodrigues, Lara Citó Lopes, Aracelly Moreira Magalhães</u>	
As ruas de lazer na cidade de São Paulo: políticas públicas e apropriação.	702
<u>Helena Napoleon Degreas, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos</u>	

Museu do Amanhã: um elo para a “ocupação democratizada” da região da Praça Mauá na área central da cidade do Rio de Janeiro – RJ.	715
<u>TEIXEIRA, Rafael Motta</u> , PILARES, Alvaro Mauricio, ALBUQUERQUE, Rafael Tavares de	
Impacto da verticalização e da transformação das interfaces térreas das edificações no uso e na percepção de segurança em cidade litorânea.	733
<u>Fabiana Bugs Antocheviz</u> , Caroline Arsego, Antônio Tarcísio Reis	
Condicionantes naturais e legais na constituição da forma urbana e dos espaços privados e coletivos de Natal.	747
<u>Ruth Maria da Costa Ataíde</u> , Amíria Bezerra Brasil, Francisco da Rocha Bezerra Junior, José Clewton do Nascimento	
Santo André, SP: o traçado em retícula do Bairro Jardim.	763
<u>Adilson Costa Macedo</u> , Amanda Chyoshi	
Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres em Pau dos Ferros/RN/Brasil: Um estudo de caso.	783
<u>Trícia Caroline da Silva Santana</u>	
Percepção, Representação e Imaginación na Paisagem.	793
Jesús Conde-García	
Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Paiuí – UFPI.	811
<u>Denise Rodrigues Santiago</u> , Camila Soares de Figueirêdo, Karenina Cardoso Matos, Wilza Gomes Reis Lopes	
Espaços verdes de equilíbrio ambiental. Estudo da Regional Grande Ibes, Vila Velha-ES, Brasil.	828
<u>Raquel Corrêa Mesquita</u> , Natália Brisa do Nascimento Santos, Larissa Letícia Andara Ramos, Luciana Aparecida de Jesus	
Influências do Turismo e da Legislação Urbana e Ambiental no Planejamento da Paisagem Litorânea.	844
<u>Mariana Barreto Mees</u> , Andréa Queiróz Rego	
Conforto ambiental urbano e análise microclimática a partir de diferentes configurações morfológicas urbanas.	856
<u>Barbosa, Gisele Silva</u> , Drach, Patricia R., Rossi, Angela M. Gabriella, Machado, Eduardo, Zamith, Victor, Geraldino, Guilherme	
Desafios à Sustentabilidade Ambiental: Uma análise sobre a transformação territorial na produção do espaço urbano de Maricá/RJ.	872
<u>Nogueira, Amanda da C. R. De M.</u> , Barbosa, Gisele Silva	

A constituição dos atuais padrões morfológicos do bairro Enseada do Suá, em Vitória, ES, Brasil.	890
<u>Lorenzo Gonçalves Valfré, Eneida Maria Souza Mendonça</u>	
Habitat Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970).	906
<u>Maria Amélia Cabrita, Teresa Marat-Mendes</u>	
Tempo e espaço no Bairro Fonecas e Calçada: a experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira.	919
<u>Alexandra Saraiva</u>	
Elementos Morfológicos do Espaço Urbano. O bairro central de Macapá/AP.	931
Ana Maia Palheta, Ana Souza Freitas, Francisco Serdoura	
A construção do Bairro do Cirne (1882-1937). Clientelas, modelos e formas para habitar na cidade do Porto.	951
<u>Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Nuno Ferreira</u>	
Elementos e Padrões, Espaços Privados e Coletivos.	970
<u>Wellington Jorge Cutrim Sousa, Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe, Andrea Fonceca Silva, Lucia Oliveira Lindoso, Thayná Cantanhede Gusmão dos Santos</u>	
Processo de desenvolvimento urbano de uma cidade de porte médio a partir da leitura do seu plano urbano.	981
<u>Anicoli Romanini, Adriana Marques Rossetto, Karine dos Santos Luiz</u>	
Registros escritos no estudo da morfologia urbana: estudo de caso em Campinas, Brasil – 1815-1859.	999
<u>Rodolpho H. Corrêa, Silvia A. Mikami G. Pina, Evandro Z. Monteiro, Juliana Ramme</u>	
A planta “De Guimarães”: Uma representação da vila quinhentista.	1015
<u>Inês Lourenço Graça, Maria Manuel Oliveira</u>	
Topologia e Tipologia. A Parcela Gótica.	1025
<u>Jesús Conde-García</u>	
Corredor e subárea, elementos do tecido urbano.	1040
<u>Adilson Costa Macedo, Adriana Inigo de Lima, Maria Isabel Imbronito</u>	
A forma do limite na Bahia da Corunha.	1056
<u>Xose Lois Martínez Suárez, Roberto Iglesias Rey</u>	

Compacidade na dispersão. A flexibilidade da forma urbana na Região Metropolitana de Campinas, Brasil.	1075
<i>Rodrigo Argenton Freire, Evandro Zigiatti Monteiro, Leandro Letti da Silva Araújo</i>	
Morfologias e Atividades Urbanas Dispersas na Microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.	1089
<i>Júlio Cláudio da Gama Bentes</i>	
Novo Arrabalde aos pedaços. O quebra-cabeça das plantas de loteamento de Saturnino de Brito.	1110
<i>Flavia Ribeiro Botechia, Heraldo Ferreira Borges</i>	
Modelo de expansão urbana e repercussão de novas centralidades.	1126
<i>Gislaine Elizete Beloto, Mayara Henriques Coimbra</i>	
Ideias de núcleos comerciais e a forma urbana.	1143
<i>Samara Soares Braga, Renato Leão Rego</i>	
Habitar na Porosidade. O caso de estudo da Ericeira.	1155
<i>Francesca Dal Cin, João Henriques</i>	
Cidade e caminhos-de-ferro. Análise da evolução urbana em Albergaria-a-Velha.	1168
<i>Bruno Dias Nunes Sousa, Rita Ochoa, Mafalda Teixeira de Sampayo</i>	
Lisboa e a sua Área Metropolitana. Infraestruturas de Conexão.	1179
<i>Tiago Teixeira, Mafalda Sampayo</i>	
Mobilidade Ativa e a Satisfação com o bairro. Um estudo exploratório com moradores da Vila Planalto – Distrito Federal – Brasil.	1191
<i>Caroline Machado da Silva, Hartmut Günther, Ingrid Luiza Neto, Gabrielle Rocha Flores, Fernanda Machado da Silva</i>	
Projeto, planejamento e paisagem. Análise da urbanização pela paisagem noturna.	1202
<i>Andrea Queiroz Rego, Mariana Lima</i>	
Caminhos Paralelos. A Via Férrea como Suporte para o Planejamento.	1214
<i>Karla Cerqueira, Giovanna Scalfone, Izadora Oliveira, Virgínia Vasconcellos</i>	
<u>II. PROCESSOS</u>	
A rua como resistência: Desenho e agentes na construção do espaço público no bairro do Bexiga em São Paulo-SP.	1227
<i>Silvia A. Mikami G. Pina, Lucas Ariel Gomes, Camilla M. Sumi, Viviana Gonçalves</i>	

Lugares da colectividade. Apropriação do espaço urbano público.	1242
<u>Ana Lúcia Krodel Rech</u>	
Igreja Nossa Senhora de Fátima. Acessibilidade em Área do Patrimônio Arquitetônico de Brasília.	1257
<u>Adriano de Lima Silva, Maria Gabriela Jamal Prata Vasconcelos da Silva, João da Costa Pantoja, Viridiana Gabriel Gomes</u>	
Estudo da dinâmica da paisagem do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira.	1275
<u>Michela Sagrillo Pegoretti, Eneida Maria Souza Mendonça</u>	
Arborização e conforto higrotérmico em praças.	1291
<u>Inés Gaggero Topolanski, Joyce Pereira Dominguez, Virginia M. N. de Vasconcelos</u>	
Espaço de todos ou de ninguém: Analisando reconfigurações espaciais do espaço coletivo de conjuntos habitacionais à luz de interpretações morfológicas.	1302
<u>Fabrcio Lira, Flávia Monaliza Lopes</u>	
O impacto da estrutura social da produção na morfologia urbana das intervenções nas Favelas no Rio de Janeiro.	1314
<u>Nuno André Patrício</u>	
Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo. O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A.	1332
<u>Jéssica Lage</u>	
Ocupação da Ilha dos Valadares: dos escravos aos meandros urbanos espontâneos.	1349
<u>Edson Maia Villela Filho</u>	
Ocupação planejada no oeste do Paraná: Continuidades e rupturas.	1364
<u>Mariana Pizzo Diniz, Sirlei Maria Oldoni, Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima</u>	
Verticalizar e ver o mar. Identificando atores na construção do Altiplano 'Nobre'.	1380
<u>Lucy Donegan, Thuany Guedes Medeiros, Marcele Trigueiro de Araújo Morais</u>	
Paisagem Urbana da Cidade de Macapá e os reflexos das alterações na Lei do Uso e Ocupação do Solo.	1398
<u>Ana Maria de Souza Freitas, Ana Corina Maia Palheta</u>	
Apropriação da herança francesa nos espaços islâmicos públicos: Estudo de caso da cidade de Ifrane, Marrocos.	1414
<u>Bianca Scaramal Madrona, Renata Cavion</u>	

As esplanadas ferroviárias das cidades da Alta Sorocabana como potencialidade para a constituição de espaços livres públicos e preservação da paisagem urbana.	1424
<u>Arlete Maria Francisco</u>	
Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano.	1440
<u>Maria Filomena Monteiro, Maria do Céu Tereno</u>	
Revitalização do Largo de Nossa Senhora da Luz: Um caminho para promover a vitalidade urbana e cultural na sede de Paço do Lumiar, Maranhão.	1451
Duailibe, MSc Andrea C. S. C.; Santos, Lorena G.; Silva, Melissa A.; Santos, Rianny S. Dos; Goiabeira Filho, Walter G.; Sousa, Wellington J. C.	
Reinterpretação da Renovação na Herança Cultural Urbana: O Caso de Setúbal.	1474
<u>Manuela Maria Justino Tomé</u>	
Prainha – Permanências , apagamentos e transformações da paisagem.	1488
<u>Cláudia Inez Resende Melo, Eneida Maria Souza Mendonça</u>	
Sistemas urbanos e transformação da cidade Porto. Sistema conventual, desamortização e renovação do espaço urbano.	1506
<u>Maria José Casanova</u>	
Períodos Morfológicos do Urbanismo Novo-Hispano.	1507
<u>Norma E. Rodrigo Cervantes</u>	
A Conservação da Paisagem e seus Parâmetros Urbanísticos.	1521
<u>Vanessa Maschio dos Reis, Roberto Montezuma Carneiro da Cunha e Talys Napoleão Medeiros</u>	
Recife: Limites e Possibilidades para a Implantação de Novos Parques Urbanos.	1539
<u>Vanessa Maschio dos Reis, Talys Napoleão Medeiros, Ana Raquel Santos de Meneses</u>	
Processo de Gestão de Parques Urbanos: Estudo de Caso em Porto Alegre, Brasil.	1557
<u>Luciana Inês Gomes Miron, Nathália Danezi, Cristiane Cassol Schvarstzhaupt</u>	
Do território planejado ao espaço do mercado. Os Corredores de Centralidade de Porto Alegre	1571
<u>William Mog, Livia Salomão Piccinini</u>	

O papel da forma urbana na disputa do novo ordenamento territorial da cidade São Paulo.	1586
<u>Joyce Reis Ferreira da Silva</u>	
Do Plano da Região aos Planos das Cidades: Os Conceitos Urbanísticos Utilizados nos Planos das Cidades Relocadas no Rio São Francisco.	1600
<u>Antonio Willamys Fernandes da Silva</u>	
A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – o caso de Foz de Iguaçu, Paraná-Brasil.	1618
<u>Juliana Rammé, Silvia Mikami G. Pina</u>	
A cidadania na construção coletiva do território. Casos de Estudo: Portimão e Loulé.	1634
<u>Lucinda Oliveira Caetano, José Luís Crespo, Ana Rita Queirós, Luís Manata e Silva</u>	
Programa ponte. Uma abordagem sustentada à reabilitação das ilhas do Porto.	1648
<u>Aitor Varea Oro, Paulo Alexandre Monteiro Vieira</u>	
O que é uma interface? A perspetiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP.	1666
<u>Ana C. C. Farias, Alexandra Paio, Roberto Falanga</u>	
O papel funcional do arquiteto e urbanista pela recuperação sócio espacial de comunidades favelizadas no Brasil.	1680
<u>Mário Márcio Santos Queiroz, Flávia Batista da Mota, Mellyssa Ribeiro Ramos</u>	
Práticas Militantes em Urbanização de Favelas. Uma pesquisa a partir da ação de sujeitos – a Peabiru TCA.	1695
<u>Lara Isa Costa Ferreira, Karina Oliveira Leitão</u>	
Arquitetura Vernacular: Teixoso como caso de estudo.	1714
<u>Matos, Rúben</u>	
Cartas Municipais de Património. Do Inventário ao Instrumento de Gestão.	1726
<u>Tarrafa Silva, A., Cunha Ferreira, T</u>	
Intervir com Valor(es).	1740
<u>Vanessa Pires de Almeida, Adelino Gonçalves, Margarida Relvão Calmeiro</u>	

- O Plano Diretor Municipal como instrumentos de planeamento e preservação do Patrimônio Histórico. O caso da Cidade de Cáceres – MT.** 1755
Gisele Carignani, Thais Lara Pinto de Arruda
- Investigando códigos urbanos e urbanidade: Aspectos morfológicos das leis urbanísticas de Parnamirim e seus rebatimentos sobre padrões de urbanidade.** 1768
Fabício Lira
- Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX. O contributo dos Cine-Teatros.** 1785
Ana Cláudia Cardoso Brás
- Da análise morfológica urbana e da percepção sintética. Uma Metodologia do “Pensamento Lógico ao Nível do Sensível” - Metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas.** 1803
António Ricardo da Costa
- Património: um percurso pelas memórias do Teixeira.** 1823
Rúben Matos
- As Secções do Vale em Caldas do Moledo. A metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro.** 1833
Ana Filipa Dias, Carla Garrido de Oliveira, Teresa Calix
- ‘No meio do caminho...um casarão’** 1851
Thiago Oliveira Gonçalves Lima
- Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro.** 1868
Ramon Fortunato Gomes, Ricardo Batista Bitencourt, Rômulo José da Costa Ribeiro
- Casa Modernista em São Luís – Maranhão. A análise formal de duas residências no eixo de expansão urbana entre 1940 e 1970.** 1883
Bianca Tereza Lins Rabelo Barbosa, Grete Soares Pflueger
- Ressignificar lugares: regeneração urbana como processo de memória colectiva. O caso do Hub Criativo do Beato.** 1893
Ana Nevado

Fisionomia Urbana. Do ideal para o real, croquis urbanos e o reconhecimento dos jardins internos do Setor Sul, Goiânia-GO. 1903
Priscila Pires Corrêa Neves, Luiz Carlos de Laurentiz

Valorização da Paisagem em Tijucas, SC: Lugar, História e Cultura. Trabalho Final de Graduação (TFG) como visão de Conjunto. 1921
Andrea Luiza Kleis Pereira, Giselle Carvalho Leal, Bruna L. F. Rodrigues Fachin

Requalificação do Adro do Conjunto Franciscano de Olinda – Pernambuco – Brasil. 1936
Vania Cristina Silva Cavalcanti, Terezinha Monteiro

III. DESÍGNIOS

A geometria da cidade ideal, de Filarete a Villalpando. 1954
Eduardo Fernandes, João Cabeleira

Formas da cidade: Utopias e realidades. 1969
Luiz Fernando da Silva Mello

Da Cidade-Presépio à cidade-ilha ficcional. A imagem simbólica (in)visível de Vitória (Espírito Santo-Brasil). 1987
Milton Esteves Junior, Linda Kogure

A evolução e persistência de um desígnio. O ‘Plano Parcial do Campo Alegre’, 1952-66. 2000
Sílvia Cristina Teixeira Ramos

PP4 e Vila Expo’98. 20 anos de uma ideia de desenho urbano. 2012
Pedro Luz Pinto

Arquitetura, infra-estrutura, paisagem: construir a urbanidade na ‘cidade sem forma’. 2028
Rodrigo Coelho

Modernização de ontem, vitória de hoje. Uso comercial na Avenida Jerônimo Monteiro em Vitória/ES – Brasil. 2042
Viviane Lima Pimentel, Brenda Aurora Pires Moura, Flavia Santos Sanz, Samira Medeiros Littig

Escala territorial e forma urbana. A participação das estruturas naturais. 2060
Gislaine Elizete Beloto, Rafael Rossetto Ribeiro

Forma urbana e Mobilidade: Transporte Ativo na Cidade Formal e Informal. 2071
Sabrina da Rosa Machry, Júlio Celso Borello Vargas, Bibiana Valiente Umann Borda , Lourenço Marques Valentini

Interação social e morfologia urbana: caminhabilidade no Centro de Vitória (ES).	2089
<u>Carvalho, Rodrigo de</u> , Campos, Martha Machado	
O estudo do 'Território' e da 'Morfologia Urbana' no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1974).	2105
<u>Patrícia Bento d'Almeida</u> , Teresa Marat-Mendes	
Apr(e)nder (com) a cidade colonial brasileira: experiências de atividades de ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.	2117
<u>José Clewton do Nascimento</u>	
Território em conflito: ruralidades urbanas na cidade.	2137
Carolina Ferreira da Fonseca, Pedro Dultra Britto	
O desenho enquanto desígnio. Pensamento gráfico: configurações reais e imaginárias.	2147
<u>José Manuel Barbosa</u>	
Transformando mosaicos urbanos através do Território Educativo. Uma prática pedagógica no ensino da arquitetura e urbanismo.	2165
<u>Flávia Lima</u> , Alain Flandes, Giselle Arteiro	
Diálogos formados e em formação acadêmica na visão de Inserção Projetual para a Habitação de Interesse Social.	2183
<u>Mário Mário Santos Queiroz</u> , Mariana Gomes Guedes, Silvio Parodi de Souza	
Ações de formação e reflexão sobre favelas. A atuação do coletivo LabLaje no contexto brasileiro.	2199
<u>Lara Isa Costa Ferreira</u> ; Paula Custódio de Oliveira; Felipe Moreira; Victor Iacovini; Vítor Coelho Nísida; Rodrigo Faria; Henrique Frota	
Território do Bem. Resposta comunitarista e alternativa urbanística à segregação socioespacial.	2214
<u>Enrico Corvi</u> , Milton Esteves Junior, Michelangelo Russo	
Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia.	2226
<u>Ligia Nunes</u> , Carla Portal, Alexandra Paio	
Carlos Nelson Ferreira dos Santos: métodos e procedimentos de trabalho na contemporaneidade de sua obra	2239
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa, Maria Lais Pereira da Silva	

- A assistência técnica e a institucionalização da autoconstrução no Brasil.** 2249
Nathálya Louise Macêdo Leal, Liza Maria Souza de Andrade
- Urbanizar a Teoria, Teorizar o Urbano. A investigação probabilística do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco.** 2263
Bruno Gil
- As observações filo-morfológicas de Fernando Távora.** 2278
François Dufaux
- Bases Conceituais da Morfologia Urbana.** 2291
Camila de Queiroz Pimentel Lopes
- O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as escolas inglesa e italiana de Morfologia Urbana.** 2304
Stael de Alvarenga Pereira Costa, Maria Manoela Gimmler Netto, Priscila Schiavo Gomes da Costa; Débora Blanda Ferreira Aires Salomão
- Liminaridade. Uma Mediação sobre Percursos Intersticiais Urbanos.** 2316
Saraa Al Shrbaji, João Rosmaninho
- A negação das cidades moderna e pós-moderna. Uma análise da visão distópica do videogame Horizon Zero Dawn.** 2335
Cláudio Valentim Rocha Leal



A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

FORMAS, PROCESSOS, DESÍGNIOS

II. PROCESSOS



A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios

Intervir com Valor(es)

Vanessa Pires de Almeida ^{1*}, Adelino Gonçalves ^{2**}, Margarida Relvão Calmeiro ^{3**}

¹ vpiresalmeida@gmail.com, ² amsq@uc.pt, ³ mrelvao@gmail.com

* *Instituto Pedro Nunes*; ** *Departamento de Arquitetura da FCTUC*

Numa tentativa de resgate da cidade existente, procurando restaurar o seu equilíbrio urbano, físico e vivencial, surge a necessidade de criar um método de planeamento, gestão e monitorização do património urbanístico que apoie e clarifique as tomadas de decisão da administração local, a propósito da dissertação de Mestrado em Reabilitação de Edifícios, sob o título “Valores Urbanos e Património na definição de Princípios de Intervenção: o ‘Centro Histórico’ de Viseu.” (FCTUC, 2017).

Com a mudança de paradigmas nas políticas internacionais de desenvolvimento urbano [Agenda 2030 (ONU), Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat)] e de salvaguarda patrimonial [Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO)], a cidade tem vindo a repensar os princípios de intervenção estabelecidos, reconhecendo a sua importância no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) preconizados.

Considerando a intervenção na cidade como um processo dinâmico, que deve atentar nas suas múltiplas dimensões, múltiplas escalas do território, múltiplos agentes e múltiplos tempos, entende-se que as políticas públicas locais carecem de ferramentas para um desenvolvimento integrado, que permitam reforçar a coesão urbana e a coerência da paisagem, aliando a salvaguarda ao desenvolvimento, a cidade ao território, a dimensão física à dimensão vivencial, os especialistas à comunidade.

Neste sentido, definimos e propomos um método de intervenção para a reconciliação entre o património e o desenvolvimento, estruturado no reconhecimento dos valores urbanos - as referências da realidade para uma cultura, que se constituem como os alicerces reguladores para um desenvolvimento urbano sustentável, tanto na salvaguarda do passado que nos define e enraíza como nas necessidades e vivências do presente, e nas aspirações para um futuro de inevitável partilha com as gerações vindouras.

Este método é composto por um conjunto de etapas, das quais será destacada a identificação e caracterização de um sistema de valores urbanos, revelador da ‘significância do lugar’, e é operacionalizado em Viseu, em duas artérias de função comercial, estruturantes do núcleo urbano antigo – a ‘Rua Direita’ e a ‘Rua do Comércio’.

A defesa de uma política local de intervenção baseada na valorização do património urbanístico, que confia à comunidade a partilha, a definição e a defesa de valores, não só pode salvaguardar a identidade do lugar como deixa espaço para a mudança, para as transformações necessárias à vivência e às aspirações de quem o habita.

Introdução

Como resposta aos grandes desafios que se colocam no tendencial crescimento da população residente em áreas urbanas, a definição de grandes princípios orientadores da programação de políticas de ordenamento territorial a nível internacional, assumida por organismos como a ONU, através de ‘Agenda 2030’ ou ‘Habitat III – Nova Agenda Urbana’, e a UNESCO, em ‘Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana’ (HUL), e adotada pela União Europeia na estratégia ‘Europa 2020’, tem procurado direcionar as tendências de desenvolvimento no sentido da concentração urbana, de forma a moderar o consumo de recursos e a gerar *spillovers* de conhecimento e inovação, criando *smart cities*.

Procurando solucionar os problemas causados pela dispersão e fragmentação da população, difícil gestão dos serviços, despovoamento e fraca articulação territorial, os sistemas de gestão territorial adotaram estas premissas num movimento *top-down* de ‘regresso à cidade’.

Neste ‘regresso à cidade’, impõe-se a necessidade de gerir o património num contexto em constante transformação. A reorientação das políticas de ordenamento territorial e das políticas urbanas, no sentido de integrar as áreas urbanas antigas nos quadros de desenvolvimento urbano e regional, numa organização multipolar, multidimensional e a múltiplas escalas, e o equilíbrio das conseqüentes tensões geradas (tensões socioculturais na salvaguarda patrimonial, devidas ao entendimento ‘ruskiano’ ainda dominante) constituem matérias essenciais do entendimento do território e deste desafio societal na implementação das políticas *top-down* de gestão territorial, no contrário movimento *bottom-up*.

A reflexão sobre a importância do património urbanístico nas dinâmicas transformadoras da cidade assume-se como um dos desígnios da nova agenda urbana mundial, retomando os princípios de conservação integrada enunciados, em 1931, pelo urbanista Gustavo Giovannoni na sua doutrina de conservação e restauro, ensaiados em Bolonha e em outras cidades da ‘Emilia Romagna’, nas décadas de ’50 e ’60, e presentes em documentos doutrinários, como a Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975).

A cidade começa a ser compreendida e aceite como um ‘monumento’ e como um ‘tecido vivo’¹, onde a cultura participa no seu desenvolvimento, orientando-o. Na dialética entre o passado e o presente, o património constitui-se, assim, como um bem em desenvolvimento, um recurso do desenvolvimento económico e social do tecido urbano.

Contudo, em Portugal, persistem algumas resistências a este entendimento integrado e algumas decorrem da desarticulação entre regimes jurídicos e políticas nacionais, como a Lei n.º 107/2008, de 8 de setembro, que, ao estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, se limita ao valor singular dos bens culturais, esquecendo as importantes relações

¹ Duplo postulado que fundamenta a doutrina de conservação e restauro do património urbano, defendida por Giovannoni.

de conjunto, do sítio, isto é, do valor urbano, e a ‘Política Nacional de Arquitetura e Paisagem’ (2015)², que defende uma intervenção territorial multidisciplinar equilibrada no ordenamento do território capaz de “promover a qualidade ambiental, o património construído e a identidade dos lugares”. (RCM n.º 45/2015: 4657).

A cidade, enquanto organismo dinâmico, contínuo no espaço e no tempo, é o reflexo da história e da memória coletiva, na qual se expressam espacialmente todas as ações de uma sociedade (Halbwachs, 1950). Entendemos que a sua identidade é reconhecida através de valores, as referências indispensáveis e geradoras de práticas e princípios que reforçam a apropriação do espaço urbano pela sociedade.

Os valores, ou melhor, o sistema de valores que caracteriza a cidade constitui, assim, a matéria de análise e clarificação que permite alertar, consciencializar e enquadrar as intervenções dos diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento urbano. A partir da compreensão dos seus signos e relações, pretende-se uma reflexão que estabeleça uma base teórica capaz de “fundar uma prática”, “motivar as tomadas de decisão”, “sustentar uma política” (Wieczorek, 1984).

A apresentação de um método de salvaguarda da ‘significância de um lugar’ assente na identificação e hierarquização de valores, ilustrados no núcleo urbano antigo de Viseu, pretende constituir a base necessária à análise e reflexão fundamentadas de qualquer ação a intentar na cidade, na defesa dos objetivos estratégicos de âmbito territorial.

Influenciado pelo conhecimento transmitido por atores determinantes na evolução do pensamento e por consensos estabelecidos pela comunidade internacional nos últimos 40 anos, esta abordagem *bottom-up* pretende criar os instrumentos necessários a uma ação coerente por parte da administração pública, que reúna, numa mesma estratégia global de conservação, as diferentes políticas públicas e práticas de gestão.

Valores na defesa do Património Urbanístico

Os instrumentos de planeamento, gestão e monitorização do património urbanístico devem incluir a participação das comunidades na definição e proteção da integridade da paisagem urbana, das suas diferentes dimensões, identificando os conflitos e os limites para a mudança.

Como afirma Simon Schama (1995: 61), “Landscapes are culture before they are nature”. A experiência cultural investe a impressão que transforma o mundo físico de abstrações científicas em lugares definidos pelas ideias construídas das pessoas (os valores). Assim, a Natureza é metamorfoseada em Paisagem, onde a criação de metáforas torna-as mais reais que os seus referentes.

² Uma das medidas prioritárias do “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território” (2007), instrumento de natureza estratégica, de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial nacional.

O enfoque no habitat humano, nas relações que as comunidades estabelecem com o meio herdado, com os seus usos e funções, permite a identificação de um “conjunto de características estruturais com implicações construtivas, espaciais e arquitetónicas, que garantam as características centrais da identidade urbanística de um conjunto urbano, deixando espaço para um desenvolvimento harmonioso da forma e da imagem com as preexistências” (Rossa, 2015: 497).

A relação que a transformação física da cidade estabelece com a ocupação e vivência dos seus habitantes potencia, através de uma visão holística e integradora, o seu desenvolvimento urbano sustentável.

A avaliação sistémica do património urbanístico, das relações estáveis e estruturais do tecido urbano e da sua significância para a comunidade, define uma gestão de salvaguarda em desenvolvimento, que se afasta do tratamento singular e autónomo do património arquitetónico, ainda seguido muitas vezes pelas políticas urbanas contemporâneas.

Neste sentido, o planeamento, gestão e monitorização da cidade deve partir do reconhecimento dos valores urbanos presentes, agindo com eles. Os valores, que, segundo o filósofo Ortega & Gasset, o indivíduo identifica para uma melhor ação, devem nortear a escolha do caminho a seguir pelos agentes da inevitável mudança.

A construção de uma realidade através de valores permite distinguir o essencial do supérfluo, já que estes têm de ser reconhecidos por todos, levando ao encontro do carácter de cada fenómeno que o integra no conjunto.

Embora estes variem de acordo com o lugar, com a organização de cada cultura, com as suas configurações institucionais (jurídicas, administrativas e técnicas) e com outras questões levantadas na avaliação do contexto de gestão, são sugeridos, no relatório de investigação “Assessing the Values of Cultural Heritage”, financiado por ‘The Getty Institute’, quatro passos que integram a avaliação e a implementação de valores no processo de planeamento (Torre, 2002: 23):

- criação de declarações de significado (avaliação de valores);
- relação dos valores com os recursos e as características do lugar;
- análise de ameaças e oportunidades;
- programação de políticas e tomada de ações, consistindo na criação de políticas, na definição de objetivos, no desenvolvimento de estratégias e na preparação de um plano.

Como processo de gestão de um lugar, onde as diferentes áreas urbanas são entendidas como um todo, a conservação integrada, ou melhor, o desenvolvimento integrado, deve procurar uma abordagem coerente na tomada de decisões com o envolvimento da comunidade, reconciliando a salvaguarda do património urbano com as necessidades sociais e económicas e as aspirações das pessoas que o habitam.

Assim, numa política local de reconhecimento dos valores urbanos como fundamento útil à salvaguarda da identidade de um território, podemos enumerar seis princípios de intervenção³, seis fundamentos orientadores do planeamento, gestão e monitorização, que estabelecem uma estratégia de implementação e operacionalização da política referida, informando, apoiando e comprometendo a comunidade:

- O património urbanístico é um recurso partilhado;
- Todos devem poder participar na salvaguarda do património urbanístico;
- É fundamental entender o ‘significado do lugar’;
- A gestão da mudança no ‘lugar’ deve ser exercida através da conservação dos seus valores;
- As decisões na gestão da mudança devem ser consistentes, razoáveis e transparentes;
- A documentação e a aprendizagem resultante das decisões tomadas é essencial.

O património urbanístico oferece um testemunho único e dinâmico da atividade humana que tem vindo a ser moldado pelas comunidades ao longo do tempo, refletindo e conferindo um sentido de continuidade e identidade através dos seus conhecimentos, crenças e tradições. Cada geração deve usar, apreciar e beneficiar do seu património sem comprometer as futuras gerações. Para isto, é necessário disponibilizar aos proprietários informação e apoio técnico para que estes reconheçam o seu carácter de ativo económico e social, um recurso de aprendizagem e apreciação.

Todos os interessados devem ter a oportunidade de participar nas decisões acerca do seu futuro, através de meios acessíveis e inclusivos. O entendimento e a consciencialização do processo de gestão do património urbanístico pela comunidade levam a uma participação ativa e comprometida, essencial na salvaguarda da ‘identidade do lugar’. Os especialistas, com o seu conhecimento e capacidades em transmitir a história de um lugar, devem encorajar as comunidades a reconhecerem os seus valores, permitindo que estes sejam redefinidos e partilhados por todos.

O ‘significado de um lugar’ abrange todos os valores que lhe são associados, e que tendem a crescer em força e complexidade ao longo do tempo, à medida que o seu conhecimento é aprofundado e, conseqüentemente, a perceção da comunidade evolui. Para identificar o ‘significado de um lugar’ é necessário entender o tecido urbano, a sua morfologia, percebendo as razões e as formas da sua mudança ao longo do tempo: quem valoriza os lugares e porquê; a relação dos valores com a morfologia; a hierarquia dos valores; as analogias ao passado que contribuem para o reconhecimento dos valores no presente; as contribuições da envolvente, do seu contexto local, das paisagens contíguas e de outros lugares. Em suma, o reconhecimento de valores através da sua identificação, articulação e hierarquização permite compreender a identidade, o significado do lugar, informando e moldando as políticas de salvaguarda para o futuro.

As constantes transformações sociais, económicas e tecnológicas apresentam-se como oportunidades para revelar ou reforçar os valores que constroem a ‘identidade de um lugar’. A conservação da identidade baseia-se num entendimento partilhado dos valores urbanos reconhecidos como

³ Baseados nos princípios enunciados pela ‘English Heritage’ (2008: 19-24)

importantes elementos que manifestam a autenticidade do lugar, da sua vulnerabilidade à mudança, da necessidade de ações para os salvaguardar, revelar ou reforçar, e da procura de um equilíbrio das opções de intervenção que conflituam com os mesmos. As intervenções devem ser justificadas através da compreensão dos valores urbanos do ‘lugar’ e da necessidade de os salvaguardar para as gerações presentes e futuras. As ações levadas a cabo para mitigar ou minimizar os efeitos prejudiciais nos valores devem ser oportunas, proporcionadas e sustentáveis, permitindo que os benefícios superem os danos. A mudança deve aspirar à qualidade de projeto e execução, reconhecidas agora e no futuro, não implicando o simples uso de materiais ou sistemas tradicionais, mas o respeito pela ‘significância do lugar’, revelada através dos seus valores.

A perícia, a experiência e o julgamento são essenciais num processo transparente, consistente e razoável de gestão e decisão de mudanças, orientado por políticas urbanas públicas. O alcance e a profundidade da compreensão, avaliação e envolvimento da sociedade devem ser suficientes para informar e justificar as decisões a tomar, devendo estas ser eficientes no uso dos recursos e proporcionais no controlo público. Os potenciais conflitos entre os valores a salvaguardar e outros interesses públicos importantes devem ser minimizados através de soluções de compromisso. A salvaguarda dos valores urbanos deve ser, também, proporcional à sua importância na ‘significância do lugar’ e ao impacto da mudança proposta.

Estes processos carecem de registos acessíveis para fundamentar as decisões e os efeitos resultantes, cruciais para a monitorização e avaliação da mudança, no sentido de informar futuras decisões, bem como as políticas e os programas urbanos locais. Quando, devido a uma decisão ou a um processo natural, parte da significância é irremediavelmente perdida, é imprescindível reter a informação, através de investigação e análise, seguidas do seu arquivo e comunicação de resultados, de acordo com o seu nível de significância. Este trabalho deve ser levado a cabo por aqueles que detêm a responsabilidade da salvaguarda da ‘significância do lugar’ – o poder público.

Aqui o conceito ‘lugar’ ou ‘património urbanístico’ pretende definir qualquer área urbana com identidade que vai para além da sua morfologia, do seu tempo, envolvendo todas as dimensões que contribuem para um ‘sentido de lugar’. O lugar ultrapassa qualquer definição de escala, contendo uma área urbana antiga, uma cidade ou uma região, e a sua gestão constitui-se a diferentes níveis, tendo em conta diferentes valores. Uma localização geográfica particular pode formar parte de uma série de lugares sobrepostos, definidos por diferentes sistemas de valor, refutando a alegação de que só os lugares que manifestam grande significância, de reconhecimento local, nacional e internacional, são meritórios de preocupação.

Deste modo, a gestão do património urbanístico por meio de uma conservação integrada de valores admite o potencial benéfico da mudança, salvaguardando tudo aquilo que confere ‘identidade’ e ‘sentido de lugar’. A mudança não só pode aumentar ou conferir valor ao lugar, como pode alertar para a necessidade de proteger os valores existentes e as relações que estes estabelecem entre si.

Valores Urbanos no Tecido de Viseu

O método proposto de reconhecimento dos valores urbanos de um lugar como princípio de intervenção para um desenvolvimento urbano sustentável define-se nas seguintes etapas:

- Inventário e análise de valores urbanos nas áreas constituintes do território (identificação, definição, articulação e hierarquização dos padrões urbanos preservados, mantidos e repetidos);
- Avaliação da presença do sistema de valores identificado no edificado integrante, através de fichas de caracterização, incluindo os seus indicadores;
- Elaboração de uma declaração de impacte no sistema de valores identificado nos projetos de intervenção (incluindo a fundamentação das dificuldades encontradas pelos agentes da mudança) que, aliada à construção de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), contribuirá para a consciencialização dos atores das intervenções, assim como dos investigadores, alertando-os para as diferentes perspetivas culturais.

Este método foi ensaiado em duas artérias de função comercial, estruturantes do núcleo urbano antigo de Viseu – a ‘Rua Direita’ e a ‘Rua do Comércio’. No presente artigo, a apresentação dos resultados deste método é feita apenas ao nível da identificação e análise do sistema de valores.

A definição deste sistema resultou, essencialmente, da análise de diferentes tipos de valor, propostos por Alöis Riegl⁴ ou na ‘The Burra Charter’⁵, distinguindo os que melhor refletiam o ‘carácter do lugar’.

Contudo, quando falamos de uma escala urbana de valores, os valores enunciados por Alöis Riegl, ainda que atuais, não são aplicáveis na íntegra. Apenas faz sentido considerar o valor histórico na confluência, integração e perceção de diversos momentos particulares, de memória e de conhecimento histórico, acumulados e enraizados ao longo do tempo por uma determinada cultura. O valor singular da memória só adquire uma elevada importância quando um determinado elemento é o primeiro ou o único testemunho sobrevivente do passado.

Numa simbiose entre valores de memória (capacidade que o lugar tem de testemunhar pessoas, eventos ou atividades passadas) e valores de contemporaneidade (necessidades materiais e espirituais atuais – valor de uso – onde o lugar é reconstruído pelas vivências que nele se reproduzem), são identificados os valores urbanos no património urbanístico.

Estes encontram-se refletidos nos padrões do sistema de divisão da propriedade (parcelário) e na sua relação com os espaços públicos; nas relações tipificáveis do edificado com a parcela, com o espaço público, edificado vizinho e logradouros; nos sistemas construtivos resultantes dos recursos naturais

⁴ Os valores do monumento histórico foram estudados, no início do século XX, por Alois Riegl, historiador vienense que, quando nomeado, em 1902, presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, escreve “O Culto Moderno dos Monumentos” como base teórica à reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos através de valores.

⁵ Lançada em 1998, esta Carta do ICOMOS de Austrália para a conservação de lugares de significância cultural aceita a filosofia da Carta de Veneza (1964) adaptando-a à sua realidade, num pioneiro entendimento de salvaguarda que ultrapassa o mero ambiente construído.

do território e das características climáticas e geológicas; nos sistemas compositivos, como a dimensão dos vãos (para uma maior ou menor luminosidade) ou a forma, material e remate das coberturas. A proporção entre cheios e vazios, a relação entre público e privado (formas de vedação, vãos) e o modo como as funções básicas como a habitação e o comércio se relacionam são algumas das características que podemos analisar na procura de padrões da relação “natural, equilibrada e sustentável entre a(s) comunidade(s) e o(s) seu(s) habitat(s)” (Rossa, 2015: 499).

O encontro destes padrões permite não só a identificação e definição dos valores presentes no lugar como permitirá a salvaguarda da sua estrutura, sem a qual o potencial distintivo, o significado e a qualidade do lugar perder-se-iam.

O sistema de valores, em seguida apresentado, resulta da identificação das referências observadas nas duas ruas do núcleo urbano antigo de Viseu e da análise das suas relações e articulações, destacando o valor artístico ou estético, o valor científico ou tecnológico e o valor social.

Os primeiros refletem a dimensão física e o terceiro a dimensão social, as vivências urbanas. Todos os outros valores identificados, como os valores político, religioso ou espiritual, económico e ambiental, manifestam-se através destes. Embora relevantes na identificação da significância de determinados lugares, o sistema de valores identificado no contexto específico das ruas analisadas baseia-se nesta hierarquia.

Valor Artístico ou Estético

Consistindo na estimulação sensorial e intelectual que resulta de uma linguagem formal, onde a forma é a aparência sensível das coisas que surge através da matéria, dos seus materiais, cores e texturas, o valor estético do património urbanístico pode ser percecionado através de elementos como o perfil e a configuração das ruas, o formato dos lotes, a implantação do edificado, a composição da fachada e o traçado de coberturas.

Consequência, aparentemente fortuita, da evolução do uso de um lugar ao longo do tempo, numa sucessão de respostas integradas num determinado contexto cultural, ou consequência de um projeto consciente, de uma vontade artística, científica, social ou política influenciada por uma visão de conjunto de ‘planos gerais de melhoramento’ criados para implementar “condições de higiene, decoração, cómodo alojamento e livre trânsito do público” (DL 31 Dezembro 1864), a ‘Rua Direita’ e a ‘Rua do Comércio’ apresentam perfis distintos (fig. 1).



Fig. 1 – Vistas da ‘Rua Direita’ e da ‘Rua do Comércio’ (Rua Dr. Luíz Ferreira). Fonte: elaborada pelo autor.

Os lotes e as volumetrias da ‘Rua Direita’ revelam a sua génese medieval, de lotes estreitos e compridos e volumes altos e delgados, numa “unidade orgânica de crescimento pragmático em que as divisões (casas) eram acrescentadas, em altura ou extensão à medida das necessidades” (Castilho, 2006-2007: 120), contrariamente aos lotes ‘modernos’ da ‘Rua do Comércio’, mais largos do que profundos, onde se erigem grandes edifícios como “um todo planeado e construído” (Castilho, 2006-2007:128).

Faceando a rua e ocupando a largura dos lotes, o edificado distingue o carácter urbano compacto das ruas analisadas do espaço (outrora) ruralizado no interior dos lotes. Variando entre dois, três ou quatro pisos, os volumes apresentam uma cêrcea superior à largura das ruas, marcados na ‘Rua do Comércio’, dada a extensão da largura dos lotes, por um ritmo vertical de elementos compositivos como pilastras ou cunhais que dividem as fachadas em múltiplos corpos, aproximando-os dos volumes altos e delgados da ‘Rua Direita’.

A unidade estética presente na composição das fachadas da ‘Rua Direita’ estende-se por toda a área urbana antiga, inclusive na Praça D. Duarte, para a qual confluem diversas ruas, entre elas a ‘Rua do Comércio’.

As fachadas caracterizam-se por vãos retangulares interrompidos por nembos, com dimensões superiores a metade da sua dimensão, e enquadrados por molduras (de configuração e recorte comuns, evidenciando os diferentes estilos e épocas de construção) que, associadas a elementos de marcação horizontal (socos, embasamentos, frisos, frechais, cornijas e varandas) e vertical (pilastras

e cunhais), contrastam com o tratamento do plano da fachada, macio ou vitrificado, ou mesmo ondulado nos pisos superiores e recuados, sobre a cornija ou cobertura, das ‘unidades orgânicas de crescimento’.

Os vãos, alinhados a eixo com os vãos dos pisos superiores, alargam-se no piso térreo, marcando o acesso aos espaços comerciais e pisos habitacionais. Estes adaptam-se à inclinação da rua, unindo-se através de molduras aos socos, no remate da fachada com o pavimento. Os vãos dos pisos superiores conformam janelas de guilhotina, janelas de peito ou sacada, de abrir de batente, com ou sem bandeira fixa, que conferem um determinado ritmo às fachadas através da sua fragmentação. No último piso, dado o seu reduzido pé-direito, as janelas de abrir de batente não possuem bandeira. A caixilharia localiza-se no exterior da gola da moldura, constituída por uma esquadria de couceiras, travessas e pinázios, pintada em tons de branco, enquanto os aros exteriores e travessas de bandeira apresentam a cor da porta lateral de acesso aos pisos habitacionais, situada no ressalto dos lancis das ombreiras e, muitas vezes, composta por duas portas de abrir e bandeira decorada com uma grade de padrão repetitivo e simétrico.

As coberturas são constituídas por telhados de vertentes perpendiculares às fachadas, sendo comum a implantação sobre estas de um piso recuado ou trapeiras. Os telhados, revestidos a telha cerâmica ‘canudo’, ‘lusa’ ou ‘marselha’, projetam-se para a rua através de cornijas, beirados forrados ventilados ou beirados forrados sobre as varas ou caibros da estrutura de suporte (fig. 2).



Fig. 2 – Piso recuado sobre cornija e beirado forrado sobre caibros. Piso recuado sobre cobertura.
Fonte: elaborada pelo autor.

Embora de semelhante linguagem urbanística, a ‘Rua do Comércio’ é o reflexo da “influência italiana, cada vez mais importante a partir do início do século XVI (...) visível primeiro através da proliferação de pormenores clássicos e depois no progressivo reconhecimento das regras de composição clássica – simetria, regularidade, sistemas de proporção e equilíbrio sobretudo nas fachadas” (LNEC, 2006).

Valor Científico ou tecnológico

Definido pela materialidade, execução, construção, isto é, no uso de materiais e sistemas construtivos determinados pelas circunstâncias de um determinado lugar, sejam elas climatéricas, geológicas ou de recursos naturais do território, o valor científico ou tecnológico está invariavelmente ligado ao valor ambiental, na coerência e equilíbrio entre os elementos da paisagem urbana com os recursos e características do território e com o bem-estar da comunidade.

Num território onde a pedra granítica abunda, o seu uso na construção define a imagem da paisagem urbana. Nas ‘unidades orgânicas de crescimento’, a construção em pedra é usada maioritariamente nas paredes dos dois primeiros pisos refletindo-se não só na espessura das paredes como nas molduras dos vãos e nas varandas de pedra. Embora mais dispendiosa e de necessário recurso a mão-de-obra especializada, o uso da pedra permitia o isolamento da construção à humidade do solo e o crescimento em altura. A madeira, por outro lado, era usada na estrutura das paredes de frontal ou tabique⁶ dos pisos superiores e recuados, dos pavimentos e coberturas, permitindo uma redução de cargas à mesma. A estrutura das paredes de frontal ou tabique é muitas vezes perceptível através das molduras de madeira dos vãos, de dimensão mais reduzida.

Os sistemas construtivos encontrados permitem o constante recurso a rebocos à base de cal e areia com pintura, refletindo uma unidade das superfícies do edificado. Há poucos exemplos de revestimentos de azulejo cerâmico⁷ e a chapa ondulada é usada frequentemente nos pisos superiores e recuados.

Os vãos refletem a sistematização dos elementos que constituem o sistema construtivo. Sobre paredes de pedra, os vãos são constituídos por lancis pré-fabricados de granito nas ombreiras, padieiras e peitoris. Os lancis das ombreiras são definidos por perfis recortados para fixação das portadas interiores em madeira, que correspondem à espessura das paredes, sobrepostos de forma a adaptarem-se à altura do vão. As padieiras e os parapeitos são compostos por perfis contínuos, com lancil interior e exterior nas padieiras, permitindo ao lancil exterior uma maior variação nos pormenores decorativos.

As caixilharias e peitoris de madeira apresentam pormenorização e detalhe que os convertem em elementos decorativos. A caixilharia de madeira pintada é constituída por uma esquadria preenchida com vidros e/ou almofadas nas janelas de sacada. Às travessas inferiores estão fixas as pingadeiras. Os caixilhos são rematados exteriormente por um aro de batente e mata-juntas fixo à cantaria por pequenos tacos de madeira ou chapuzes (acompanhando as ombreiras e a padieira), e por uma travessa de bandeira.

⁶ Paredes de frontal ou tabique são um sistema construtivo de paredes resistentes, constituído por uma grade de madeira delgada e estreita ou por prumos cujos interstícios são cobertos por pranchas de madeira ou blocos de pedra, argamassados através de um ripado ou fasquiado.

⁷ Contudo, há um exemplar que não só é revestido com azulejo como este é variado, de modo a marcar os pisos e os limites.

Os guarda-corpos usados na proteção de varandas e janelas de sacada são compostos por padrões repetitivos e simétricos de ferro forjado e/ou fundido, encimados por peças de madeira e rematados, no caso das varandas, por pinhas em ferro.

A utilização de beirados, socos, molduras, caixilharias e trapeiras são soluções que, embora estimulem os sentidos, se apresentam como o reflexo de opções tomadas para o melhor desempenho das construções.

De modo a afastar as águas pluviais da fachada, o telhado projeta-se sobre a rua através de um beirado sobre a cornija que remata as fachadas de pedra ou de um beirado forrado de madeira, ventilado, sob ou sobre as varas da estrutura de suporte da cobertura. Muitas vezes, situado sobre a cornija ergue-se outro piso de tabique rematado com o referido beirado de madeira.

Os princípios construtivos são semelhantes nesta área urbana antiga, inclusive na ‘Rua do Comércio’ caracterizada por paredes de fachada em pedra granítica, definidas e encimadas por pisos de reduzidas dimensões. Os elementos em pedra assumem uma grande relevância graças à pormenorização e extenso uso de socos ou embasamentos canelados, pilastras e cunhais, molduras recortadas, duplos lintéis, frisos ligando as padieiras, varandas apoiadas em mísulas e cachorros, cornijas e pisos semelhantes a platibandas, localizados sobre um plano muitas vezes oscilante, de corpos distintos.

Valor Social

Refletindo o que as pessoas entendem como uma fonte de “identidade, distinção, interação social e coerência” (English Heritage, 2008), a forma como habitam, trabalham, circulam e repousam, o modo como vivem e se relacionam entre si e com o contexto ao longo do tempo, o valor social depende e influencia todos os outros valores enunciados (estético, científico, político, religioso, económico e ambiental) nos usos e funções do património urbano.

Como sede da Diocese, a cidade de Viseu afirmou-se entre as demais cidades episcopais portuguesas como um espaço urbano de média dimensão de grande dinâmica económica e social, resultante de uma localização privilegiada e do seu estatuto de centro eclesiástico, político e comercial. Este carácter foi recuperado na Idade Média, quando a cidade aceitou a multietnicidade da sua comunidade, composta por cristãos e judeus, cuja presença surge documentada em 1284. Depois de os judeus se terem fixado inicialmente no arrabalde citadino (Cimo da Vila), foram-se aproximando do principal eixo viário no centro da urbe que ligava a cidade ao sul, em direção a Coimbra, a central e animada “rua das tendas” - a ‘Rua Direita’.

A ‘Rua Direita’ sempre se assumiu como uma artéria de grande importância, um percurso de atravessamento da cidade, de ligação de duas portas antípodas, para onde confluem múltiplas ruas. Caracterizada pela fixação de uma arquitetura civil, a ‘Rua Direita’ desde há muito alia a habitação a espaços dedicados ao exercício de atividades profissionais e comerciais situados nas lojas dianteiras, de relação com a rua. Referida no século XVI como “rua das tendas”, indiciando a sua remota função

comercial, a ‘Rua Direita’, de estrutura social heterogénea, era composta, nos séculos XVII e XVIII, pela elite social, política e económica da cidade, onde a elementos da nobreza, do alto clero e da administração civil, se juntavam almocreves e mercadores e alguns artesãos, como os sapateiros, de elevada representatividade na rua.

Identificadas as cidades, por vários historiadores, como “filhas do comércio” (Pirenne, 1969) ou “lugar de mercado”, a sua localização representa uma elevada importância estratégica. É por isso que ainda hoje o comércio se revela estruturante nesta artéria, o palco privilegiado, embora enfraquecido, de encontro da comunidade. Um comércio de proximidade, perto física e culturalmente da sua procura, que apresenta como principais atividades o comércio de vestuário e de calçado.

A Rua Direita sempre refletiu um carácter multifuncional acolhendo habitação, comércio, serviços e instituições culturais, como é o caso do Orfeão⁸. A tipologia corrente do edificado com comércio no piso térreo e habitação nos pisos superiores, aliada ao seu carácter pedonal, define esta unidade de vida quotidiana.

Aquando da expansão urbana oitocentista, a Rua Direita foi inserida numa rede de ruas comerciais⁹, entre as quais a ‘Rua do Comércio’ que ligava a ‘Praça da Cidade a Cimo de Vila e cortando a ligação entre Rua da Vela de S. Domingos e a do Chão do Mestre.” (Arquehoje, 2010). “Com a abertura desta via surgem as imponentes e amplas construções, que subiram nas suas margens, com janelas largas para iluminar salões de festas e reuniões de famílias burguesas.” (Correia, 1998: 24)

A criação do ‘Mercado 2 de Maio’, inaugurado em 1879 e funcionando durante mais de cem anos na confluência da ‘Rua Formosa’ com a ‘Rua do Comércio’, permitiu ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Luiz Ferreira de Figueiredo, determinar em 25 de Setembro de 1879 que “todos os géneros que costumam vender-se na antiga praça e n’outros logares públicos, hãode para ali ser transferidos e expostos á venda, não se cobrando aluguel do terreno durante o corrente mez”. A existência deste mercado permitia a atração do comércio para as ruas próximas e foi imaginado para que “(...) Quando os recursos do município permittirem a expropriação d’alguns terrenos e casebres que lhe fazem muralha ao fundo e do lado do poente e não permittem entrada por as quatro face, ficará sendo sem duvida uma das melhores praças do reino.” (Album Viziense n.º8, Dezembro 1884).

A ‘Rua do Comércio’, na ligação da antiga praça - símbolo de poder político, administrativo e religioso - a uma nova praça comercial, deu lugar a um uso misto onde a habitação, o comércio, a circulação e o repouso ou lazer convivem simultaneamente na definição do carácter da rua.

⁸ O ‘Orfeão’ nasceu em 1929 como espaço de ocupação dos tempos livres dos viseenses, por meio da arte e da música.

⁹ Da rede de ruas comerciais fazem parte os novos eixos monumentais oitocentistas, a ‘Rua Formosa’ e a ‘Rua do Comércio’ que se estende para a atual Rua Alexandre Herculano (referida como *Estrada de 1.ª Classe de Vizeu á Mealhada* na planta da cidade de Viseu de 1864) associando-se, mais tarde, às atuais Avenida Capitão Silva Pereira (paralela à *Rua da Regueira*, atual Rua João Mendes) que contorna a área urbana antiga no sopé da colina e que vai ao encontro do atual ‘Largo Mouzinho de Albuquerque’ onde desemboca a ‘Rua Direita’, e ‘Avenida Alberto Sampaio’ a oeste da ‘Praça do Rossio’.

Considerações Finais

Depois de cerca de meia década a pensar a cidade, gerando conhecimento, consensos e doutrinas, entende-se necessário agir e estabelecer uma prática, um método que apoie uma política urbana de desenvolvimento integrado. Um desenvolvimento integrado nas suas dimensões física e social, nas relações das áreas urbanas com a cidade e com o território, e na participação de todas as partes interessadas da comunidade local, regional, nacional e internacional.

A principal função desta abordagem metodológica reside na caracterização do património urbanístico, dos elementos que participam, definem e reforçam o sistema de valores reconhecido – os valores de contexto.

No entanto, para isto é necessário influenciar a administração local a criar, para cada rua ou área urbana, inventários dos valores presentes e articulados, identitários de cada ‘lugar’. Estes inventários, formalizados através de diversos indicadores, expressos através de perguntas objetivas em fichas de caracterização, serão necessários não só para o planeamento, gestão e monitorização das ações levadas a cabo pelos proprietários e promotores como para informar os técnicos e a comunidade, de modo a que estes possam participar e contribuir para uma melhor avaliação do sistema de valores.

Quando, na análise dos elementos integrantes do ‘lugar’, estes se afastam do sistema de valores identificado, não significa, porém, a supressão da sua importância na cidade. Estes podem assumir-se como elementos de valor singular, que não partilham o sistema de valores distinguido, isto é, de todos os valores identificados, ou como elementos de valor ainda não reconhecido.

Defendendo a ideia de participação de toda a comunidade, de necessário comprometimento nos destinos do património urbanístico, imprescindível à sua vivência e definidor das suas aspirações, são seguidas as orientações da Nova Agenda Urbana – Habitat III – que fomentam a participação e sensibilização de toda a comunidade e uma governação responsável.

Com o método apresentado acreditamos que a complexidade da cidade pode ser encarada como uma oportunidade de reconhecimento da ‘identidade do lugar’, distintiva de outras cidades e de outros lugares.

Referências bibliográficas

Castilho, L. (2006-2007). Espaços e Materiais na arquitectura doméstica da Rua Direita de Viseu no século XVI. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Ciências e Técnicas do Património, I Série, Vol. V-VI, 115-128.

English Heritage (2008). *Conservation Principles: Policies and Guidance for the Sustainable Management of the Historic Environment*. London: English Heritage.

LNEC@ (2006). *Evolução das Tipologias Construtivas em Portugal*.

PNUM2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios.
Intervir com Valor(es). Vanessa Pires de Almeida et al

http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html.

Lisboa: Departamento de Estruturas – Núcleo de Engenharia Sísmica e Dinâmica de Estruturas (página internet oficial).

Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France (1968).

Pirenne, H. (1969). *Medieval Cities. The origins and the revival of trade*. New Jersey: Princeton University Press.

Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2015, de 7 de Julho, DR, I Série, N.º 130, 4655-4686.

Rossa, W. (2015). Urbanismo ou o Discurso da Cidade. In: Rossa, W., Calafate Ribeiro, M. (Org.) (2015). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (477-519). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Schama, S. (1995). *Landscape and Memory*. Toronto: Random House of Canada.

Torre, M. (2002). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

Wieczorek, D. (1984). Introduction du traducteur. In: Riegl, A. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: Seuil.